PGE RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Advocacia Pública

2. edição

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA
set./out. 2023

PGE RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Advocacia Pública
2. edição

bibliografia selecionada

Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 35	22 p.	set./out. 2023

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

GABRIEL SOUZA
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecária Jurídica

Bibliografia Selecionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-

Mensal (2020-2022). Bimestral (2023-).

Catalogação na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br
Site: https://ead.pge.rs.gov.br/course/view.php?id=705

Advocacia Pública - 2. ed.: bibliografia selecionada

SETEMBRO/OUTUBRO 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4
LIVROS 5
CAPÍTULOS DE LIVROS 6
ARTIGOS 10
DISSERTAÇÕES/TESES 22

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Selecionada é uma publicação bimestral da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

LIVROS

BOLZAN, Fabrício; HOSHINO, Cássia. **Modelos de pareceres da advocacia pública**: direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 106 p. p. ISBN 9788520336366.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Advocacia pública:** mito e realidade. São Paulo: Memória Jurídica, 2005. 199 p. ISBN 85-8826431-5.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Advocacia pública e direito econômico:** o encontro das águas. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009. 247 p. ISBN 978-85-60520-33-6.

CARDOZO JUNIOR, Ailton; DANTAS, Miguel Calmon; CARVALHO, Paulo Moreno (org.). **Advocacia pública para a sociedade:** estudos em homenagem aos 56 anos da Procuradoria Geral do Estado da Bahia. São Paulo: Contracorrente, 2022. 883 p. ISBN 9786553960688.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Defensoria Pública na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788530975937. Minha Biblioteca. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530975937/ . Acesso em: 05 out. 2023.

HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Carreiras típicas de Estado**: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Prefácio Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Ahmed Sameer El Khatib ... [et al.]. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 465 p. ISBN 9788545006282.

MADUREIRA, Claudio. **Advocacia pública.** Belo Horizonte: Fórum, 2015. 388 p. (Coleção Fórum ANAPE, v.1). ISBN 9788545000853.

MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. 440 p. ISBN 9788545001379.

MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 478 p. ISBN 9788545005780.

PAIVA, Caio C. **Prática Penal para Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788530972233. Minha Biblioteca. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972233/ . Acesso em: 05 out. 2023.

PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. 598 p. ISBN 9788567134031.

PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco**: volume II. Belo Horizonte: IDDE, 2019. 295 p. ISBN 9788567134093. *E-book.*

ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública.** Salvador: JusPODIVM, 2015. 492 p. ISBN 9788544201381.

SANTOS, Bruno Grego dos (org.) et al. **Temas avançados da advocacia pública:** advocacia pública e combate à corrupção. Curitiba: ESA, 2014. v. 4. [s.p.]. ISBN 9788568016022.

SOUZA, Artur Leandro Veloso de; PEREIRA, Thiago Alencar Alves (org.). **Advocacia pública e desenvolvimento**: homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 332 p. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

CAPÍTULOS DE LIVROS

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Comentários sobre o termo inicial da produção de efeitos vinculantes pelas decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato de constitucionalidade: estudo do caso da declaração de inconstitucionalidade do Art. 5º da Lei nº 11.960/2009. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 191-227. ISBN 9788545001379.

AGUIAR NETO, Francisco Silveira de. Negócios processuais, a Fazenda Pública e sua advocacia. In: **Advocacia pública e desenvolvimento:** homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 59-74. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

ALCÂNTARA, Maria Regina Dantas de. A atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional na redução de litigiosidade. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea:** desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 257-285. ISBN 9788545005780.

ARAUJO, Nadja. Estudo de caso: a formação do polo passivo de medida cautelar fiscal contra grupo econômico de fato. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 229-277. ISBN 9788545001379.

ASTRÊ, Antonio Isac Nunes Cavalcante de; DANTAS, Matheus Carvalho. Mineração sustentável em área de reserva legal. In: **Advocacia pública e desenvolvimento:** homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 1-17. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

BAPTISTA, Patrícia; SILVA FILHO, Carlos da Costa e; CUNHA, Marcelle Figueiredo da. O patrimônio público estadual e seu regime jurídico. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 149-190. ISBN 9788545001379.

BARROS, Manuel Jasmim Correia. A representação judicial de autarquias e fundações públicas no novo CPC: da necessária leitura do artigo 75, inciso IV, da lei n° 13.105/2015 à luz da constituição federal de 1988. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 469-487. ISBN 9788567134031.

BATISTELA, Marcos. As prerrogativas profissionais na advocacia pública. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea:** desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 355-381. ISBN 9788545005780.

BRAWERMAN, Andre. Advocacia por Procurador do Estado, nos termos do estatuto da OAB. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 19-38. ISBN 9788545001379.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Um decálogo para a advocacia pública. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 19-22. ISBN 9788545005780.

CARRASCOSA, Angelo Demetrius de Albuquerque. Procurador do Estado: seu papel na política e sua relação com a autonomia. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 223-258. ISBN 9788567134031.

CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. A eficiência da administração pública e a efetivação dos direitos fundamentais. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 39-64. ISBN 9788545001379.

CASTRO, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de. Legitimidade da fazenda pública para postular a falência da empresa devedora de tributos. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 279-295. ISBN 9788545001379.

CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula; TEIXEIRA, Marina Araújo. O papel da nova advocacia pública preventiva no combate à pandemia da Covid-19: a experiência do Estado de Minas Gerais. In: **A experiência dos Estados no enfrentamento da pandemia da COVID-19.** Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 307-329. ISBN 9786555181470.

CHEHIN, Soraya Santucci; MARTINS, Ricardo Marcondes. Advocacia pública: advocacia de Estado e de governo. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea:** desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 51-77. ISBN 9788545005780.

CUNHA, Marcelle Figueiredo da. Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos: conciliando interesse público e eficiência. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 347-368. ISBN 9788545001379.

DUTRA, Carlos Roberto de Alckimin. A elaboração legislativa e a advocacia pública. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 313-334. ISBN 9788545005780.

EIDT, Elisa Berton. A mediação no contexto da advocacia pública: o que já é consenso e o que está para construir. *In:* **Sistema multiportas de resolução de litígios na administração pública**: autocomposição e arbitragem. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 13-29. ISBN 9786555180466.

ESTEFAM, Mara Christina Faiwichow. Atividade consultiva e seus reflexos nos deveres e responsabilidades do advogado público em licitações e contratos administrativos. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 403-434. ISBN 9788545005780.

FELZEMBURG, Renata Cedraz Ramos. A constitucionalidade do exercício da advocacia privada pelos advogados públicos federais. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco**. Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 259-283. ISBN 9788567134031.

FRANCO, Márcia Maria Macedo. Controle judicial da discricionariedade administrativa no processo de licenciamento ambiental. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 313-346. ISBN 9788545001379.

GAIA, Marcio André Monteiro. Análise dos negócios jurídicos processuais envolvendo a fazenda pública no CPC/2015: relevante papel das procuradorias e as repercussões à luz da lei n° 8.429/1992. *In:* PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 373-394. ISBN 9788567134031.

HEINEN, Juliano. Uma proposta de arranjo jurídico acerca do fornecimento de remédios off-label. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 101-123. ISBN 9788545001379.

HIROSE, Regina Tamami. A atuação estratégica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) na prevenção e no combate à corrupção e à sonegação fiscal . *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 287-311. ISBN 9788545005780.

LEITÃO, Soraya Fernandes da Silva. O uso do ajustamento de conduta no controle funcional da advocacia pública. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 13-44. ISBN 9788567134031.

LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros. Princípios constitucionais e controle judicial dos atos da administração. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 297-312. ISBN 9788545001379.

LOPES, Bruno Matias. O direito fundamental à saúde e sua sindicabilidade perante o poder judiciário - necessidade de delimitação de seu núcleo essencial e parâmetros de atuação do poder judiciário. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 65-100. ISBN 9788545001379.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. A profissionalização e a exclusividade da advocacia pública. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 23-49. ISBN 9788545005780.

MORAES, José Luiz Souza de. A advocacia pública e o combate às fraudes na judicialização da saúde. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 141-163. ISBN 9788545005780.

MOURÃO, Carlos Figueiredo; HEIFFIG, Danielle Romeiro Pinto. A relevância da vinculação do advogado público à Ordem dos Advogados do Brasil. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 383-402. ISBN 9788545005780.

MOURÃO, Carlos Figueiredo; VIEIRA, Raphael Diógenes Serafim. A essencialidade das instituições para e edificação da democracia e o alarmante déficit da advocacia pública nos municípios. *In*: HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Carreiras típicas de Estado**: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 85-102. ISBN 9788545006282.

MUNAKATA, Flávio Mitsuyoshi. Advocacia pública contemporânea: desafios da defesa do Estado. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 79-104. ISBN 9788545005780.

NUSDEO, Marcos Fabio de Oliveira. A advocacia pública como função essencial à justiça. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 165-184. ISBN 9788545005780.

OLIVEIRA, Daniel Mitidieri Fernandes de; BOLONHA, Carlos Alberto Pereira das Neves. A contribuição da advocacia pública local para a superação da baixa dimensão institucional dos municípios brasileiros. *In*: BOLONHA, Carlos; LIZIERO, Leonam; SEPULVEDA, Antonio (Org.). **Federalismo**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 227-252. ISBN 9788556965547. Disponível em: https://www.editorafi.org/591federalismo . Acesso em: 12 de jun. 2019.

OLIVEIRA, Evelyn Moraes de; ELUF NETO, Jorge. A advocacia pública no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 207-226. ISBN 9788545005780.

PALLONE, Renata Ferrero. A possibilidade de ações judiciais ajuizadas pelo poder público como instrumento de políticas públicas na advocacia pública federal. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 335-353. ISBN 9788545005780.

PELOSINI, Maria Carolina Martins e Ortiz; RODRIGUES, Rafael Prandini. Advocacia pública municipal: a importância do trabalho consultivo-preventivo para o combate à corrupção. *In:* HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Carreiras típicas de Estado:** desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 287-302. ISBN 9788545006282.

PEREIRA, Anna Carolina Migueis. A locação de riscos nos contratos de concessão e PPP: um mecanismo rumo à eficiência na implantação de infraestruturas no Brasil. *In:* MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 369-402. ISBN 9788545001379.

RESENDE, Rodrigo Eugênio Matos. Função social como paradigma do direito social à moradia e a imposição de cláusula de inalienabilidade de temporária nas doações de imóveis públicos. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 125-147. ISBN 9788545001379.

ROCHA, Rodrigo Maia; LIMA, Gabriel Meira Nóbrega de. O Estatuto Nacional dos Procuradores do Estado como medida de fortalecimento do pacto federativo. *In:* BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (Org.). **O federalismo na visão dos estados**: uma homenagem do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal - CONPEG - aos 30 anos de Constituição. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018. p. 132-150. (Coleção de Direito Tributário & Financeiro)

RODARTE, Ana Paula Muggler; MATTOS, Liana Portilho; MENEGHINI, Nancy Vidal. Pandemia e federalismo: os aspectos jurídicos na experiência de enfrentamento da Covid-19 no Estado de Minas Gerais e a atuação da advocacia pública para minimização de seus efeitos danosos. In: **A experiência dos Estados no enfrentamento da pandemia da COVID-19.** Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 47-70. ISBN 9786555181470.

RODRIGUES, Rafael Prandini. Os procuradores municipais e seu direito a honorários de sucumbência. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 435-452. ISBN 9788545005780.

SAHARA, Ricardo. Advocacia pública: função típica de Estado na defesa da res publica. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 185-206. ISBN 9788545005780.

SCHRADER, Pablo Henrique Garcete. Da autonomia funcional, administrativa e orçamentária atribuída pela constituição federal de 1988 aos poderes e entes estatais destituídos de personalidade jurídica e sua responsabilidade atrelada ao orçamento próprio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; SACCHETTO, Thiago Coelho (Org.). **Advocacia pública em foco.** Belo Horizonte: IDDE, 2017. p. 337-370. ISBN 9788567134031.

SEMER, Márcia Maria Barreta Fernandes. Transparência como política pública e a responsabilidade institucional da advocacia de Estado na sua efetivação. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 453-473. ISBN 9788545005780.

SENA JÚNIOR, Horcades Hugues Uchôa. Da releitura da supremacia do interesse público. In: **Advocacia pública e desenvolvimento:** homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 75-90. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

SIGARINI, Danilo Cavalcante. Aplicabilidade do teletrabalho na Procuradoria de Estado : reflexões necessárias à instituição e seus membros. In: **Advocacia pública e desenvolvimento:** homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 37-57. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA, Marcello Terto e. Novo olhar sobre a funcionalidade da advocacia pública: prevenção, repressão e proatividade no combate à corrupção no Brasil. *In*: HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Carreiras típicas de Estado**: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 261-274. ISBN 9788545006282.

SILVA FILHO, Derly Barreto e. A advocacia pública e o aperfeiçoamento normativo do Estado democrático de direito brasileiro. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 105-140. ISBN 9788545005780.

SOUZA, Artur Leandro Veloso de. A autonomia dos Poderes e órgãos independentes e os sistemas de repasse de duodécimos fixos e variáveis : uma análise da decisão do Supremo Tribunal Federal no MS nº 34483 e a decisão do CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 0006293-54.2016.2.00.0000. In: **Advocacia pública e desenvolvimento:** homenagem aos 30 anos da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 19-36. ISBN 9788551909928. Disponível em: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Advocacia-Pu%CC%81blica-e-Desenvolvimento_DTP-1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2021.

WERNER, Patricia Ulson Pizarro. A atuação da advocacia pública no combate à corrupção e aos atos de improbidade administrativa: uma análise propositiva a partir da compreensão da teoria do ciclo das políticas públicas. *In*: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Advocacia pública contemporânea**: desafios da defesa do Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 227-256. ISBN 9788545005780.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Advocacia pública, primeiro juiz da causa do poder público e sua contribuição na realização da justiça e do estado democrático de direito. In: **Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas :** homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 107-114. ISBN 9788545007494.

VIRGOLINO, Pedro Sobrino Porto. A nulidade dos contratos temporários e a não incidência de FGTS. In: MARINELA, Fernanda (Coord.). **Advocacia pública estadual.** Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 403-437. ISBN 9788545001379.

ARTIGOS

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Controle de políticas públicas pelo advogado público (?!): considerações embrionárias. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.168, p. 34-61, fevereiro 2015.

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Honorários sucumbenciais do CPC/2015 e fazenda pública: o importante papel do advogado público no exercício do controle interno da administração. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 147-165, 2017. ISSN 0101-2096.

AGUIAR, Leonardo Sales de. Eficiência e boa governança na advocacia pública municipal: a gratificação de incentivo à produtividade jurídica, os honorários advocatícios e o adicional de qualificação jurídica (AQJ) como incentivo ao cumprimento de metas. **Interesse público**, v. 25, n. 139, p. 155-187, maio/jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Eduardo Henrique Videres de. O papel da advocacia pública na Constituição: um instrumento para o aprimoramento das instituições democráticas. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.166, p. 25-36, dezembro 2014.

ALMEIDA, Tiago Bockie de. O papel do advogado público no controle da atuação discricionária do administrador. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP,** Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.45, p. 149-171, abr./jun. 2014. ISSN 1678-7072.

ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. Jurisdição e finanças municipais : a taxa estadual de fiscalização de serviços notariais e a possível destinação de percentual aos fundos de aparelhamento dos órgãos de advocacia pública municipal. **Juris Plenum:** direito administrativo, v. 5, n. 17, p. 131-148, março 2018.

ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. Novo CPC, honorários de sucumbência e a advocacia de Estado. **Boletim de Direito Municipal - BDM,** São Paulo: NDJ, v.32, n.7, p. 482-494, julho 2016. ISSN 1981-5514.

AMARAL, Silas Rodrigues. As três funções da Advocacia Pública: resolvendo conflitos por meio da realização de políticas públicas. **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.32, n.7, p. 653-677, julho 2016. ISSN 1981-5522.

ANTUNES NETO, Vitorino Francisco. Mário Sérgio Duarte Garcia e a advocacia pública. **Revista do Advogado,** São Paulo: AASP, v.38, n.139, p. 107-109, setembro 2018. ISSN 0101-7497.

ARAÚJO, Fabiano de Figueiredo. Políticas públicas, legística e a AGU: o papel do advogado público federal na efetividade normativa. **Revista da AGU,** Brasília, DF: AGU, v.14, n.4, p. 67-92, out./dez. 2015. ISSN 1981-2035.

ARAÚJO, José Henrique Mouta; OLIVEIRA, Weber Luiz de. A legitimidade processual ampla e restrita na "nova" Lei de Improbidade Administrativa: avanço ou retrocesso?. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n.12, p. 309-321, 2022. ISSN 2319-0671. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/REVISTA-PGE-2022.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

BAPTISTA, Maisa Bernachi. Análise do papel da advocacia pública na mediação e conciliação tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas,** São Paulo: ABDT, v.26, n.137, p. 223-234, abr./jun. 2018. Disponível em: https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/article/view/61/43. Acesso em: 16 jul. 2021.

BARRETO, Amanda Louise Ramajo Corvello. A responsabilização do parecerista na jurisprudência dominante e no Novo CPC: análise crítica. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.8, p. 65-94, 2017. ISSN 1981-3465.

BARROSO, Ricardo Cavalcante. A carreira de Procurador Federal e a Advocacia-Geral da União: uma abordagem sistêmica. **Revista da AGU,** Brasília, DF, v.18, n.4, p. 275-300, out./dez. 2019. ISSN 2525328X.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; BRANDÃO, Sandro Drumond. Uma estrutura remuneratória premial moderna para advogados públicos: honorários advocatícios. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n.8, p. 123-138, 2019. ISSN 2319-0671. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/REVISTA-PGE-2019.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

BERLANDI, Victor Cesar. Advocacia de estado ou de governo? reflexões sobre a advocacia dos interesses públicos constitucionalmente acometidos à administração do estado. **Revista da AGU,** Brasília, DF: AGU, v.14, n.3, p. 231-260, jul./set. 2015. ISSN 1981-2035.

BEZERRA, Micheline Silveira Forte. Advocacia pública: notas comparativas entre o modelo brasileiro e italiano e as modificações do novo Código de Processo Civil brasileiro. **Publicações da Escola da AGU,** v. 9, n. 2, p. 255-294, abr./jun. 2017.

BIM, Eduardo Fortunato. A eficácia dos pareceres da consultoria jurídica no órgão de advocacia de Estado e na Administração Pública. **Revista de informação legislativa,** v. 57, n. 227, p. 43-80, jul./set. 2020.

BORGES, Maria Cecília. Advocacia pública no âmbito municipal. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.51, p. 103-107, jan./mar. 2014. ISSN 1808-5628.

BRESCOVIT, Leandro. A atuação da fazenda pública após o recurso especial representativo de controvérsia 1201993 (prescrição quinquenal ao redirecionamento na execução fiscal). O julgado e seus eventuais efeitos junto à Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Mudanças necessárias. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.75, p. 121-140, jan./jun. 2015. ISSN 0101-1480.

CAMBI, Eduardo; VASCONCELOS, João Paulo A. Desjudicialização de políticas públicas e o novo Código de Processo Civil - contributo do Ministério Público e da advocacia pública à solução extrajudicial de conflitos. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.64, p. 225-251, abr./jun. 2016. ISSN 1516-3210.

CANESIN, Rafael de Paiva. A natureza jurídica dos honorários sucumbenciais do advogado público. **Revista Brasileira de Advocacia Pública - RBAP,** Belo Horizonte: Fórum, v.3, n.4, p. 73-101, jan./jun. 2017.

CARDOSO, Deiser Mara Rezende. A advocacia pública: instituição essencial à justiça com autoridade para solucionar conflitos no âmbito da jurisdição administrativa. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.71, p. 19-26, jan./abr. 2017. ISSN 1414-008X.

CARNEIRO, Thiago Queiroz. Advocacia pública de Estado: a necessária simetria para a efetividade da instituição. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 87-107, fevereiro 2021. ISSN 1676-5826.

CARNEIRO, Thiago Queiroz. Advocacia pública de Estado e não advocacia comissionada de governo: a obrigatoriedade de a instituição ser composta por membros efetivos. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.57, p. 165-185, abr./jun. 2017. ISSN 1678-7072.

CARRASCOSA, Angelo Demetrius de Albuquerque. O papel dos Procuradores do Estado na política e a relação com a autonomia. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 9-19, janeiro 2015. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. Aspectos fundamentais do regime jurídico da advocacia pública estadual: exclusividade das funções, competências, independência e controle. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.3, p. 11-102, jul./dez. 2016. ISSN 24472492.

CARVALHO, Silzia Alves; FARIA, Carolina Lemos de. A transação por adesão como parte da política pública autocompositiva realizada pela Advocacia-Geral da União. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.19, n.221, p. 59-67, juho. 2019. ISSN 1984-4107.

CASTELO BRANCO, Janaína Noleto Soares. Da necessária exclusividade do exercício da advocacia pública por advogados públicos. **Publicações da Escola da AGU,** v. 9, n. 2, p. 187-201, abr./jun. 2017.

CASTRO, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de. A responsabilização do parecerista na jurisprudência do TCE-PR: análise crítica. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.8, p. 33-64, 2017. ISSN 1981-3465.

CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula. O uso da inteligência artificial como vetor de modernização e aperfeiçoamento da advocacia pública. **Direito Público,** Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 13-32, jan./dez. 2021. ISSN 1517-0748. Disponível em: https://advocaciageral.mg.gov.br/publicacao/revista-juridica-da-advocacia-geral-do-estado-n18-2021/. Acesso em: 11 maio 2022.

CELESTINO, Karla Alexsandra Falcão Vieira; BÔAS, Regina Vera Vilas. A efetivação dos direitos fundamentais sociais por meio da atuação concreta da Advocacia Pública Municipal. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.62, p. 59-82, out./dez. 2016. ISSN 1808-5628.

CHAPARRO, Fernando Menegueti. Análise das pesquisas da FGV e UFRGS sobre o panorama processual brasileiro e a necessária intervenção da advocacia pública. **Revista da AGU,** v. 12, n. 39, p. 133-172, jan./mar. 2014.

CONCEIÇÃO, Antenógenes et al. Honorários advocatícios e advocacia pública no novo Código de Processo Civil. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 9-26, março 2018. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Advogado público que responde por ação de improbidade administrativa por ter emitido parecer em processos de licitação. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 31-52, maio 2021. ISSN 1676-5826.

COPOLA, Gina. Jurisprudência comentada: da inviolabilidade do parecer de advogado público. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 51-54, janeiro 2016. ISSN 1984-4107.

CORDEIRO, Eros Belin de Moura. A Lei 14.365/22 e o arbitramento judicial de honorários advocatícios. **Revista Bonijuris,** Curitiba: Bonijuris, v.34, n.677, p. 258, ago./set. 2022. ISSN 1809-3256.

COUTINHO, Nilton C. A.. Probidade e ética na gestão pública: a Lei n. 12.846/2013 e a importância do advogado público no combate à corrupção. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.171, p. 65-70, maio 2015.

CRUZ, Luiz Guilherme de Oliveira Maia. Atuação da advocacia de Estado nas políticas públicas de prevenção do assédio moral no âmbito da administração. **Revista Quaestio Iuris,** Rio de Janeiro, v.8, n.3, p. 2020-2043, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19382/14141. Acesso em: 21 jul. 2021.

CUNHA, Bruno Santos. A chefia das instituições de advocacia de Estado. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.192, p. 9-26, fevereiro 2017.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. Relevância da advocacia pública nos municípios brasileiros. **Boletim de Direito Municipal - BDM,** São Paulo: NDJ, v.30, n.6, p. 407-411, junho 2014. ISSN 1981-5514.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício. Advocacia pública e sua atuação no procedimento licitatório: fundamentos, limites e responsabilização. **Revista de Direito Administrativo,** São Paulo: FGV/Atlas, v.270, p. 285-299, set./dez. 2015. ISSN 0034.8007. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/58744/57542. Acesso em: 28 jan. 2016.

DIAS, Bruno Fernandes. O papel da advocacia pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.182, p. 9-24, abril 2016.

DOTTI, Marinês Restelatto. Repercussões do novo CPC sobre a advocacia pública e o regime jurídico administrativo de seus agentes. **Revista Síntese de direito administrativo,** v. 12, n. 135, p. 251-287, março 2017.

DUBEUX, Rafael Ramalho. O papel da advocacia pública consultiva no enfrentamento da corrupção. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte,** Natal: PGE, v.15, p. 281-298, 2014.

FAERMANN, Flávia. A autonomia em relação ao poder executivo e a democratização das eleições para o cargo de Procurador-Geral do Estado: atributos característicos de uma função essencial à justiça. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.171, p. 17-23, maio 2015.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. A ética na advocacia pública. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n.6, p. 155-164, 2017. ISSN 2319-0671.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. O Modelo Restaurativo, o Sistema Multiportas e a Advocacia Pública: novos paradigmas para a ciência jurídica. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n.5, p. 139-155, 2016. ISSN 2319-0671.

FALBO, Ricardo Nery. Corte portuguesa e monarquia no Brasil. Obstáculos da centralização do estado e estratégias da advocacia provisionada / Portuguese court and monarchy in Brazil. Obstacles from the centralization of the state and strategies by non-graduate lawyers. **Revista Direito e Práxis,** Rio de Janeiro, v.11, n.4, p. 2386-2419, 2020. ISSN 21798966. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/52671/34373. Acesso em: 13 dez.2021.

FARIA, Carolina Lemos de. Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos da advocacia pública: discussões sobre algumas de suas especificidades. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.226, p. 20-31, dezembro 2019.

FERNANDES DIAS, Bruno. O papel da Advocacia Pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 9-24, abril 2016. ISSN 1984-4107.

FERRARI, Regina Neri. Institucionalização constitucional das Procuradorias Municipais. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.18, n.98, p. 183-190, jul./ago. 2016. ISSN 1676-8701.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. O Procurador do Estado como mediador de conflitos: incompatibilidade ou autonomia da vontade?. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 72-79, outubro 2017. ISSN 1984-4107.

FLORIANO, Eduardo de Souza. O novo CPC e a atuação dos procuradores municipais. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.62, p. 25-35, out./dez. 2016. ISSN 1808-5628.

FOGANHOLO, Carlos Eduardo. A advocacia pública municipal como instrumento de transformação: o município patrimonialista adequado ao estado democrático de direito. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte, v.22, n.81, p. 9-28, jul./set. 2021. ISSN 1808-5628.

FRANCO, Marcelo Veiga. O projeto do Novo Código de Processo Civil sob a ótica das prerrogativas processuais da Advocacia Pública. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.51, p. 91-102, jan./mar. 2014. ISSN 1808-5628.

FRANKLIN, Élida Fabrícia Oliveira Machado. A advocacia em estatais e o novo Código de ética e disciplina da OAB. **Revista de Direito da ADVOCEF,** v.12, n.23, p. 201-212, novembro 2016. Disponível em: http://www.advocef.org.br/wp-content/uploads/2016/11/miolo_RD-23-site.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

GALANTE, Elisa Helena Lesqueves. Advocacia pública sob nova ética da advocacia brasileira: a edificação de um capítulo. **Revista do Advogado,** São Paulo: AASP, v.36, n.129, p. 31-38, abril 2016. ISSN 0101-7497.

GARCIA, Flávio Amaral. A atuação do advogado público em tempos de Lava Jato: revisitando os limites e parâmetros de sua responsabilização. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.24, n.284, p. 965-971, outubro 2017. ISSN 1980-234X.

GARCIA, Flávio Amaral. Notas sobre medição, conciliação e as funções da advocacia pública: uma perspectiva à luz do direito administrativo contemporâneo. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 33-54, 2020. ISSN 1981-3465. Disponível em: https://www.pge.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-12/2020_004_notas_sobre_mediacao_conciliacao_e_as_funcoes_da_advocacia_garcia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

GOIS, Letícia Botelho. Segurança jurídica e eficiência no consenso: mediação e advocacia pública colaborativa. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.10, n.3, p. 149-167, jul./set. 2018. ISSN 2236-4374.

GOLICZEVSKI, Tatiane. Gestão de pessoas e retenção de talentos: um estudo voltado à advocacia pública federal. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.161, p. 60-91, julho 2014.

GONÇALVES, Marcelo Barbi. Advocacia de estado e litigiosidade plúrima: revisitando a consultoria jurídica e a defesa processual do poder público. **Revista Dialética de Direito Processual,** São Paulo: Dialética, v.142, p. 66-77, janeiro 2015. ISSN 1678-3778.

GUIMARÃES, Gustavo de Queiroz. A tutela do interesse público em juízo pelos Procuradores de Estado: missão constitucional e vocação institucional. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.2, p. 71-91, jan./jun. 2016. ISSN 24472492.

GURJÃO, Esther Dantas de Sá Paiva. A força normativa dos princípios e a atuação da consultoria jurídica da união: de controle da estrita legalidade administrativa a instrumento de concretização dos princípios da administração pública. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.1, n.34, p. 171-224, fevereiro 2014. ISSN 2236-4374.

HEINEN, Juliano. Impossibilidade de responsabilização dos advogados públicos no exercício da função consultiva. A&C: **Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.57, p. 167-192, jul./set. 2014. ISSN 1516-3210.

JURASKI, Vanderlei Cristiano. Demarcando territórios: perspectivas e desafios da ação interdisciplinar na advocacia pública. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.75, p. 75-100, jan./jun. 2015. ISSN 0101-1480.

KELLER, Rene José. A defesa da ordem tributária pelo Procurador do Estado como garantia à efetividade dos direitos fundamentais. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.35, n.73, p. 101-150, jan./jun. 2014. ISSN 0101-1480.

KÖCHE, Rafael. Expectativa normativa em direito público e o papel do Procurador do Estado: uma alteração de critério jurídico e a (ir)retroatividade dos efeitos em matéria tributária. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.35, n.73, p. 61-99, jan./jun. 2014. ISSN 0101-1480.

LEAL, Roger Stiefelmann. Inconstitucionalidade das leis e regimes normativos complexos: possibilidades de atuação da advocacia pública em matéria de políticas públicas. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte, v.21, n.84, p. 147-167, abr./jun. 2021. ISSN 1516-3210.

LEITÃO, Rômulo Guilherme; KAUR, Diego Nogueira. A celebração de termos ou compromissos de ajustamento de conduta: cláusulas leoninas e a advocacia pública como instrumento de construção do consenso. **Revista de Direito Administrativo,** São Paulo, v.279, n.2, p. 113-140, maio/ago. 2020. ISSN 0034.8007. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82007/78224. Acesso em: 26 out. 2021.

LEOPOLDO, Alexsandro Juvencio. Advocacia pública preventiva de demandas judiciais através dos agentes setoriais da Procuradoria-Geral do Estado. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 9-14, abril 2015. ISSN 1984-4107.

LEUZINGER, Márcia Dieguez; BINDER, César Augusto. A atuação dos advogados de Estado na defesa do meio ambiente: biodiversidade, clima e água. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.8, p. 211-244, 2017. ISSN 1981-3465.

LIMA, Rafael Carvalho da Rocha. Da necessária vinculação do subsídio dos Procuradores do Estado ao teto remuneratório do Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 73-93, jul./dez. 2015. ISSN 24472492.

LIMA, Thiago Emmanuel Chaves de. A proteção do meio ambiente pela advocacia pública. **Revista da AGU,** v. 14, n. 1, p. 169-194, jan./mar. 2015.

LIMBERGER, Têmis. A advocacia pública como intérprete constitucional. **Revista de investigações constitucionais** [recurso eletrônico], v. 9, n. 1, p. 173-200, jan./abr. 2022. url: https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/84332/46833 . Acesso em: 05 out. 2023.

LIRA, Ricardo Pereira. O compromisso social da advocacia pública. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 580-589, 2017. ISSN 0101-2096.

LOPES, Bruno Matias. Consultoria jurídica e representação judicial dos estados e do Distrito Federal exercida por servidores estranhos à carreira da advocacia pública e improbidade administrativa. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.167, p. 36-52, janeiro 2015.

MADUREIRA, Claudio Penedo. Advocacia pública: órgão do Estado ou poder executivo?. **Revista Quaestio Iuris,** Rio de Janeiro: UERJ, v. 9, n. 2, p. 1155-1174, 2016.Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19983. Acesso em: 14 de julho de 2021.

MADUREIRA, Claudio. O problema da autonomia técnica da Advocacia Pública. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.66, p. 179-207, out./dez. 2016. ISSN 1516-3210.

MADUREIRA, Claudio Penedo. O STF e a responsabilização de advogados públicos pareceristas. **Direito Público,** São Paulo, v.19, n.102, p. 393-411, abr./jun. 2022. ISSN 2236-1766. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3455/2723. Acesso em: 26 set. 2022.

MANUCCI, Renato Pessoa. Advocacia Pública no novo CPC: avanços e conquistas. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.2, p. 93-111, jan./jun. 2016. ISSN 24472492.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Advocacia pública, interpretação vinculante e segregação de funções. **Revista de direito administrativo, infraestrutura, regulação e compliance**, v. 7, n. 25, p. 27-45, abr./jun. 2023.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Aspectos controvertidos da advocacia pública. **Revista de direito administrativo e infraestrutura,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, n. 8, p. 63-85, jan./mar. 2019.

MAZZEI, Marcelo Rodrigues et al. A administração pública na tutela coletiva da moralidade administrativa e do patrimônio público o papel da advocacia pública. **Revista de Administração Pública,** v.49, n.3, p. 699-717, maio/jun. 2015. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/49089/47826. Acesso em: 20 jul. 2021.

MEGNA, Bruno Lopes. A Administração Pública e os meios consensuais de solução de conflitos ou "enfrentando o Leviatã nos novos mares da consensualidade". **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo,** São Paulo: PGE/SP, n.82, p. 1-29, jul./dez. 2015. ISSN 0102-8065.

MELLO, José Luiz Homem de; CRUZ, Matheus Campanhã. A natureza jurídica do parecer da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e sua vinculação à administração e a administrados. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais,** São Paulo, v.25, n.97, p. 71-88, jul./set. 2022. ISSN 1518-2703.

MENEZES, Roberta Fragoso de Medeiros. 60 anos de Procuradoria-Geral do Distrito Federal - a advocacia pública como forma de implementação de direitos fundamentais e de consecução de políticas públicas - Parte 1. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Distrito Federal,** v.43, n.1, p. 10-32, jan./jun. 2021. ISSN 0419-4454.

MENEZES, Roberta Fragoso de Medeiros. 60 anos de Procuradoria-Geral do Distrito Federal - a advocacia pública como forma de implementação de direitos fundamentais e de consecução de políticas públicas - Parte 2. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Distrito Federal,** v.43, n.1, p. 33-56, jan./jun. 2021. ISSN 0419-4454.

MENDES FILHO, Marcelino Rodrigues. [Entrevista] Advocacia pública fortalecida essencial ao Estado Democrático de Direito. **Revista Jurídica Consulex,** Brasília, DF: Consulex, v.19, n.437, p. 6-7, abril 2015. ISSN 1519-8065.

MESQUITA, Daniel Augusto. A participação do advogado público em mediações: parâmetros para a celebração de acordo que atenda ao interesse público. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal,** Distrito Federal: PGDF, v.41, n.2, p. 09-32, jul./dez. 2016. ISSN 0419-4454.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Atuação estratégica da advocacia pública nos procedimentos de formação de pronunciamentos vinculantes. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.9, n.4, p. 79-94, out./dez. 2017. ISSN 2236-4374. Disponível em: https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/2011/1736. Acesso em: 20 jul. 2021.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Advocacia Pública de Estado: consciência jurídica da governança pós-moderna. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 09-18, jul./dez. 2015. ISSN 24472492.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; ALMEIDA, Aline Paola C. B. Câmara de. O futuro da advocacia pública: a ação preventiva e proativa. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.7, p. 11-36, 2016. ISSN 1981-3465.

MORETTI, Natalia Pasquini. A responsabilidade do advogado público em decorrência do exercício de suas atribuições na área consultiva. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.4, n.10, p. 175-210, jan./abr. 2015. ISSN 22382763

MOURA, Grégore Moreira de. Conciliação e advocacia pública: o protagonismo da AGU na resolução de conflitos. **Justiça & cidadania,** n. 193, p. 20-23, set. 2016. Disponível em: http://www.editorajc.com.br/wp-content/uploads/2016/09/RJC_193_.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

NASCIMENTO, Luís Marcelo Marques do. Advocacia de Estado e políticas públicas conversão de multas regulatórias em investimentos: possibilidade de melhorias concretas para o usuário do serviço público concedido com a contribuição essencial da advocacia pública. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.70, p. 239-251, 2016. ISSN 0101-2096.

NAZÁRIO, Maurício Moliner. O exame da constitucionalidade dos projetos de lei por meio da atividade consultiva das PGEs. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n.3, p. 167-176, 2014. ISSN 2319-0671.

NERY, Cristiane da Costa. A constitucionalização da carreira do procurador municipal: função essencial e típica de estado. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.17, n.92, p. 143-159, jul./ago. 2015. ISSN 1676-8701.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Escolha do árbitro na terminação de conflitos administrativos: limites e possibilidades da atuação de um advogado público. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.71, p. 167-195, jan./mar. 2018. ISSN 1516-3210.

NEVES, Rodrigo Santos. Os advogados públicos e os honorários sucumbenciais. **Interesse Público,** Fórum, v.20, n.108, p. 177-193, mar./abr. 2018. ISSN 1676-8701.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Advocacia Pública e políticas públicas. **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.32, n.12, p. 1141-1150, dezembro 2016. ISSN 1981-5522.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. Da imprescindibilidade da criação da procuradoria das empresas estatais federais. **Revista de Direito Constitucional e Internacional,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.25, n.100, p. 241-257, mar./abr. 2017. ISSN 1518-272X.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. Procuradoria das empresas estatais federais: uma garantia contra a corrupção. **Revista Jurídica,** Curitiba, v.2, n.51, p. 249-313, 2018. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2810/371371478. Acesso em: 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, Juliana Ribeiro de. O dever de proteção ambiental e a atuação do Estado como degradador. **Revista de Direitos Difusos,** São Paulo: Letras Jurídicas, v.17, n.68, p. 269-303, jul./dez. 2017. ISSN 1517-9192.

OLIVEIRA, Lucas Soares de. A advocacia pública estruturante e a promoção da justiça ambiental. **Fórum de direito urbano e ambiental**, v. 21, n. 124, p. 55-71, jul./ago. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Fabris de. Contribuição da advocacia pública para o sistema brasileiro de justiça por meio do regime de precedentes obrigatórios. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo,** São Paulo: PGE-SP, n.83, p. 81-114, jan./jul. 2016.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. O papel da advocacia pública no dever de coerência na administração pública. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.20, n.228, p. 68-79, fevereiro 2020. ISSN 1984-4107.

OTILIO, Roney Raimundo Leão. A limitação da responsabilidade do advogado público aos casos de dolo ou fraude no novo Código de processo civil e sua aplicação a processos administrativos. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.179, p. 77-83, janeiro 2016.

PEIXOTO, Ravi. A quem pertencem os honorários advocatícios dos advogados. **Revista de Processo,** São Paulo, v. 48, n. 345, novembro 2023. ISSN 0100-1981.

PELÁEZ GUTIÉRREZ, Juan Carlos. La defensa jurídica pública en Colombia un importante camino recorrido, un largo camino por recorrer. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo,** v. 7, n. 2, p. 89-135, jul./dic. 2020. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Redoeda/article/view/9564/13567. Acesso em: 16 jul. 2021.

PELICIOLI, Angela Cristina. O Procurador do Estado, as políticas públicas e o orçamento. **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.31, n.12, p. 1457-1465, dezembro 2015. ISSN 1981-5522.

PEREIRA, Thiago Alencar Alves . O papel da Advocacia Pública no controle de constitucionalidade exercido pelo poder executivo. **Direito Público,** Belo Horizonte, v.16, n.1, p. 65-76, jan./dez. 2019. ISSN 1517-0748. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2020.121.02/60747761. Acesso em: 17 dez. 2021.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thais Boia. A nova ordem jurídica processual: regras que alcançam a advocacia pública e pontos de interação com o regime jurídico administrativo. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.13, n.147, p. 70-97, março 2018. ISSN 21791651.

PEREIRA, Aline Carvalho; FERREIRA, Fernanda Macedo. Vinculação da administração pública aos precedentes judiciais: uma análise do papel da advocacia pública na efetivação de direitos fundamentais. **Revista Digital de Direito Administrativo,** São Paulo: USP, v.2, n.1, p. 367-380, jan./jun. 2015. ISSN 231905558.

PEREIRA, Haroldo. Aspectos práticos e teóricos para um desenho metodológico das políticas públicas, a partir da análise de um caso (direito à saúde), na atuação da advocacia pública contenciosa, e segundo duas matrizes teóricas o neoconstitucionalismo histórico e o positivismo jurídico hartiano. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo,** São Paulo: PGE-SP, n. 81, p. 219-231, jan./jun. 2015.

PEREIRA, Vivian Ruffeil Teixeira. O uso de ambientes virtuais e o fortalecimento da advocacia pública interfederativa: a máxima expressão do federalismo colaborativo e afirmação da autonomia dos estados e Distrito Federal. **Direito Público,** Belo Horizonte, v.16, n.1, p. 55-63, jan./dez. 2019. ISSN 1517-0748. Disponível em: https://advocaciageral.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/revista-age-2019r.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

PERIN, Jair José. Advocacia-Geral da União: advocacia de Estado ou advocacia de governo. **Revista Jurídica Consulex,** v. 18, n. 424, p. 60-61, setembro 2014.

PICANÇO, Filipe Bezerra de Menezes. Novos paradigmas para a advocacia de Estado: da necessidade de observância da consensualidade e de respeito aos precedentes na advocacia contenciosa. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.70, p. 121-133, 2016. ISSN 0101-2096.

PIRES, Danilo Barth. Advocacia de Estado e a litigância de má-fé. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo,** São Paulo: PGE-SP, n. 81, p. 23-59, jan./jun. 2015.

RAMOS, William Junqueira. Novos Rumos da Advocacia Pública. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte,** Natal: PGE, v.15, p. 117-120, 2014.

REGO, Elisa Albuquerque Maranhão; TAVARES, Gustavo Machado. Emenda Constitucional nº 45 do Estado de Pernambuco: comprometimento da autonomia municipal e esvaziamento da memória jurídica de suas procuradorias. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte, v.20, n.73, p. 55-82, jul./set. 2019. ISSN 1808-5628.

REIS, José Carlos Vasconcellos dos. As Procuradorias de Estado diante da Lei de Acesso à Informação publicidade e ponderação à luz dos direitos fundamentais. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, n.ed. espec. Em homenagem à Lucia Léa Guimarães Tavares, p. 191-205, 2017. ISSN 0101-2096.

RESENDE, Fabricio Contato Lopes. A relação entre pesquisa empírica dogmática jurídica e a atuação da advocacia pública. **Revista da AGU,** Brasília, DF, v.19, n.4, p. 141-162, out./dez. 2020. ISSN 2525328X. Disponível em: https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2645/2178. Acesso em: 15 dez. 2021.

RIBEIRO, Juscimar Pinto. Alguns apontamentos na discussão sobre regime jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia pública federal, estadual e municipal. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.207, p. 42-49, maio 2018.

RODRIGUES, José Antônio Pereira. A consultoria jurídica na Procuradoria Geral. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte,** Natal: PGE, v.15, p. 113-114, 2014.

RODRIGUES, Maria Angélica dos Santos. Governança metropolitana. Adequação dos arranjos institucionais antecedentes ao Estatuto da Metrópole. Entraves no meio do caminho. Composição política ou decisão judicial? Os procuradores na prevenção e resolução de conflitos. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.3, p. 181-198, jul./dez. 2016. ISSN 24472492.

RODRIGUES, Vinícius dos Santos; LIMBERGER, Têmis. A advocacia pública como intérprete constitucional. **Revista de Investigações Constitucionais,** Curitiba: UFPR, v.9, n.1, p. 173-200, jan./abr. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rinc/a/BcvDDGMRjKBnx3JbMbHDrDr/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTOS, Diogo Conte Righes de Souza. Procurador do estado: função essencial à justiça tributária. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.35, n.73, p. 9-59, jan./jun. 2014. ISSN 0101-1480.

SANTOS, Nilo Sérgio Gaião. A advocacia de Estado no Brasil e na Itália: estudo de direito comparado. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.39, n.2, p. 127-147, out./dez. 2015. ISSN 2236-4374.

SARAI, Leandro. Advocacia pública: quarto poder, órgão do poder executivo ou nenhuma das alternativas anteriores?. **Boletim de Direito Municipal - BDM,** São Paulo: NDJ, v.31, n.11, p. 841-846, novembro 2015. ISSN 1981-5514.

SESTREM, Felipe Cidral. A advocacia pública na solução de litígios estruturais: town meeting e construção dialógica da decisão. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n.12, p. 109-126, 2022. ISSN 2319-0671. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/REVISTA-PGE-2022.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SESTREM, Felipe Cidral. Processo e accountability: novas perspectivas processuais e o papel da advocacia pública. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n.11, p. 159-173, 2021. ISSN 2319-0671. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Revista-PGE-2021.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SILVA FILHO, Derly Barreto e. Advocacia pública e política pública legislativa. **Revista de Direito e Política,** São Paulo, v.13, n.22, p. 27-67, jan./dez. 2015. Disponível em: https://d3094557-347c-4de0-95ca-1c5b3533330e.filesusr.com/ugd/60fe87_ae9655b369db4fe780d93f4c9a29b520.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

SILVA, Diógenes Ivo Fernandes de Sousa. A advocacia pública e o controle de juridicidade. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.194, p. 9-29, abril 2017.

SILVA, Jamyl de Jesus. Velha polêmica na "nova" lei do mandado de segurança: a pertinência subjetiva no writ sob o regime da lei 12.016/09 e o papel do advogado público. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal,** Distrito Federal: PGDF, v.39, n.1, p. 183-204, jan./jun. 2014. ISSN 0419-4454.

SILVA, Luciana de Fátima da. Reflexões sobre a contribuição potencial da Advocacia Pública para o desempenho das atividades-fim dos Parlamentos. **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.31, n.6, p. 693-705, junho 2015. ISSN 1981-5522.

SILVA, Reinaldo Pereira e. A autonomia funcional do Procurador do Estado. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n. 4, p. 09-33, 2015. ISSN 2319-0671.

SILVA, Reinaldo Pereira e. As atribuições dos procuradores do Estado no âmbito das políticas públicas: diferença de natureza entre a atividade de consultoria jurídica e a de assessoramento jurídico. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n. 6, p. 165-185, 2017. ISSN 2319-0671.

SILVA, Reinaldo Pereira e. As prerrogativas constitucionais do Procurador do Estado: análise do caso da consultoria jurídica no Estado de Santa Catarina. **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.32, n.5, p. 449-457, maio 2016. ISSN 1981-5522.

SILVA FILHO, Derly Barreto e. Advocacia pública e política pública legislativa. **Revista de Direito e Política,** São Paulo, v.13, n.22, p. 27-67, jan./dez. 2015. Disponível em: https://d3094557-347c-4de0-95ca-1c5b3533330e.filesusr.com/ugd/60fe87_ae9655b369db4fe780d93f4c9a29b520.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

SILVEIRA, José Júnior Alves da. A nova administração pública e o papel da advocacia pública. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./abr. 2021. ISSN 25950630. Disponível em: https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/217. Acesso em: 30 dez. 2021.

SOARES, Guilherme. Controvérsias interpretativas entre advocacia de Estado e tribunais de contas. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.8, p. 9-32, 2017. ISSN 1981-3465.

SOUZA, Artur César de. Da inconstitucionalidade da Lei 13.327/2016 e do novo CPC no que concerne ao pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos. **Revista de Processo,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.42, n.263, p. 23-52, janeiro 2017. ISSN 0100-1981.

SOUZA, Marcelo Adriam de; MANICA, Nataniel Martins. O papel da advocacia pública na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público: um olhar sobre as alterações promovidas pela Lei nº 14230/21 e ADINs nº 7.042 e 7.043. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n.12, p. 229-247, 2022. ISSN 2319-0671. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/REVISTA-PGE-2022.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

TAVARES, Luiz Marcelo Cabral. A utilização pela Advocacia Pública dos meios alternativos de resolução de conflitos como ferramenta de reafirmação do protagonismo na formulação das políticas públicas e de coautoria na busca pelo acesso ao direito e à justiça. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.2, p. 41-70, jan./jun. 2016. ISSN 24472492.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski Teixeira. Honorários sucumbenciais dos advogados públicos natureza jurídica e análise da competência do município para legislar no âmbito da advocacia pública municipal. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.18, n.96, p. 171-183, mar./abr. 2016. ISSN 1676-8701.

THOMAZ, Afrânio Carlos Moreira. Exercício da advocacia privada pelo advogado público: ponderação entre riscos e benefícios. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.57, p. 9-26, jul./set. 2015. ISSN 1808-5628.

TONETTO, Fernanda Figueira. As Procuradorias de Estado no Brasil e o Conselho de Estado Francês: breve estudo comparativo. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.37, n.77, p. 35-60, jan./jun. 2016. ISSN 0101-1480.

TONETTO, Fernanda Figueira. O sistema de controle da administração pública e o papel da Procuradoria do Estado sobre atos de improbidade administrativa. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.76, p. 71-101, jul./dez. 2015. ISSN 0101-1480.

TONETTO, Fernanda Figueira; GUERRA, Sidney. A advocacia de estado e o controle da administração pública. **Revista Direito e Justiça-Reflexões Sociojurídicas,** Santo Ângelo, RS, v.20, n.37, p. 67-83, jan./mar. 2020. Disponível em: http://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/25/26. Acesso em: 08 jun. 2020.

TORMENA, Celso Bruno. Obrigatoriedade de instituição do órgão de advocacia pública nos municípios. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo, v.16, n.183, p. 36-62, mar. 2021. ISSN 21791651.

VALE, Luís Manoel Borges do; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A inconstitucionalidade do art. 10 da nova Lei de Licitações: a invasão de competência dos estados e municípios. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte, v.20, n.236, p. 49-62, agosto 2021. ISSN 1676-5826.

VALE, Luís Manoel Borges do. Os impactos da reforma da Lei de improbidade administrativa na advocacia pública. **Revista Síntese de direito administrativo**, v. 17, n. 197, p. 29-49, maio 2022.

VIEIRA, Raphael Diógenes Serafim. O exercício das funções da advocacia pública como atividade exclusiva dos advogados públicos efetivos: uma releitura da proposta de Súmula vinculante n° 18 do STF à luz dos dados publicados no 1° diagnóstico de advocacia pública municipal no Brasil (2018). **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.21, n.114, p. 167-204, mar./abr. 2019. ISSN 1676-8701.

VIEIRA, Raphael Diogenes Serafim; GALIL, João Victor Tavares. A consensualidade, o direito administrativo sancionador e o papel da advocacia pública: regra de calibração e interdependência na LINDB. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte, v.23, n.86, p. 9-32, out./dez. 2022. ISSN 1808-5628.

DISSERTAÇÕES/TESES

ALMEIDA, Bruno Félix de. **Advocacia pública e controle da probidade**: proatividade e procedimento no exercício da legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51043/1/2020_dis_bfalmeida.pdf . Acesso em: 03 nov. 2023.

CAVALCANTE, Marcelo Capistrano. **Advocacia pública na solução consensual de conflito**s: tutela dos direitos fundamentais por vias alternativas à jurisdição. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38044/1/2018_dis_mccavalcante.pdf . Acesso em: 3 nov. 2023.

CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noleto. **A adoção de práticas cooperativas pela Advocacia Pública**: fundamentos e pressupostos. 2018. 196f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29712/1/2018_tese_jsncbranco.pdf . Acesso em: 3 nov. 2023.

CORBELLINI FILHO, Helio. **Percepção da advocacia pública federal sobre a dicotomia advocacia de estado X advocacia de governo**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;commtdocandl/bitstream/handle/10438/30146/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Helio%20Corbellini%20Filho%20-%20doc%20enviado.pdf?sequence=3&isAllowed=y . Acesso em: 09 out 2023.

GOIS, Leticia Botelho. **Sistema multiportas na advocacia pública**: da ouvidoria às soluções consensuais. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/123977 . Acesso em: 3 nov. 2023.

LEITÃO, Francisco Thiago Pinheiro. **O papel da advocacia pública no sistema da probidade**: análise crítica e propostas de aperfeiçoamento da atuação da advocacia pública no enfrentamento da corrupção, como foco na Advocacia-Geral da União. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/26936 . Acesso em: 09 out 2023.

SANTOS, Kleidson Nascimento dos. **A advocacia pública e sua atuação na política urbana brasileira**. 2017. 116 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20742/2/Kleidson%20Nascimento%20dos%20Santos.pdf . Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, Márcia de Barros Lima. **"Uma outra porta"**: a contribuição da advocacia pública municipal na implantação e implementação de políticas públicas. 2021. 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23656/2/M%c3%a1rcia%20de%20Barros%20Lima%20Santos.pdf . Acesso em: 09 out 2023.

SEMER, Marcia Maria Barreta Fernandes. **Advocacia das políticas públicas**: uma proposta de identidade para a Advocacia Pública. 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-29042021-193519/publico/1428732_Tese_Original.pdf . Acesso em: 3 nov. 2023.